Revista Movimentos Sociais & Dinâmicas Espaciais

ISSN: 2238-8052

<http://www.revista.ufpe.br/revistamseu>

Artigo recebido em 23/04/2017 e aceito em 13/07/2017.

CONDIÇÕES DE TRABALHO EM CASAS DE FARINHA: CONTINUIDADE OU MUDANÇA NO TEMPO-ESPAÇO?

*WORKING CONDITIONS IN "FLOUR INDUSTRY": CONTINUITY OR CHANGE IN
TIME-SPACE?*

Andréa Daniele Cieniuk PACHECO¹
Solange Laurentino dos SANTOS²
Cláudio Jorge Moura de CASTILHO³

RESUMO

Este estudo tem como objetivo principal identificar, para contextualizar, no espaço-tempo, a situação dos trabalhadores em casas de farinha do município de Feira Nova (Agreste de Pernambuco), relacionando-a, segundo as especificidades de cada contexto geográfico e histórico específico, com a realidade das condições dos trabalhadores ingleses nas indústrias do século XIX. Foram pesquisados os trabalhadores das casas de farinha que se encontravam em funcionamento no período de investigação que se realizou nos meses de maio e junho de 2016. A coleta de dados foi realizada para conhecimento da situação das relações entre trabalhadores e proprietários, sendo feita entrevista com os trabalhadores. Os resultados indicam que nenhum dos empreendimentos possui licença ambiental e que, durante o processo de beneficiamento da mandioca, os trabalhadores ficam expostos a diferentes riscos físicos, químicos, biológicos, e ergonômicos, os quais podem comprometer a saúde e a integridade física das pessoas. Historicamente, a apropriação pelos detentores do capital (proprietários das casas de farinha) esteve pautada na lógica do sistema capitalista a qual possui como meta única a obtenção de lucro, negligenciando a garantia da qualidade das condições de trabalho e de vida das classes trabalhadoras.

Palavras-chave: Exploração; Casas de Farinha; Trabalhadores; Feira Nova.

ABSTRACT

The main objective of this study is to identify, in the space-time level, the situation of the workers in the "flour industry" in the municipality of Feira Nova (Agreste of Pernambuco), relating it to the reality of worker conditions in the industries of the nineteenth century, considering the geographical and historical context inherent each reality. The workers of the

¹ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA)/Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: cieniuk@yahoo.com.br.

² Professora do PRODEMA/UFPE. E-mail: solaurentino@hotmail.com.

³ Professor do Departamento de Ciências Geográficas/UFPE. E-mail: claudiocastilho44@gmail.com.

“flour industry” in Feira Nova were investigated during the period of May and June 2016. Data were collected in order to know the situation of the workers and owners relationships, through interviews with workers. The general results indicate that none of the projects has an environmental license and that during the process of processing cassava, workers are exposed to different physical, chemical, biological and ergonomic risks, which can compromise people's health and physical integrity. Historically, the appropriation by the owners of the capital (owners of the “flour industry”) was based on the logic of the capitalist system that is the profit making, neglecting the quality of the working conditions and life of the working classes.

Key words: Exploitation; Flour Industry; Workers; Feira Nova.

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

Os maiores produtores mundiais, em milhões de toneladas de mandioca são Nigéria, Brasil, Indonésia, Tailândia, República Democrática do Congo, Angola, Gana, Vietnã e Índia, todos países em que a condição de pobreza e, conseqüentemente, de subcidadania ainda se fazem presentes. Segundo Cardoso (2012), à exceção do Brasil, que utiliza a mandioca para o processamento na fabricação de farinhas e amido (fécula), e para alimentação animal, em outros países, o consumo *in natura* como alimentação de base é o que predomina.

No Brasil, a estimativa da produção de mandioca, em 2016, foi de 23,7 milhões de toneladas, cujo percentual revela um aumento de 4,2% em relação ao ano de 2015. Esse crescimento, na estimativa da produção em 2016, justifica-se pelo aumento da área de cultivo da mandioca em alguns estados da região Norte bem como pelas condições climáticas favoráveis na região Nordeste (IBGE, 2016).

Almeida e Ledo (2006) demonstram que a mandioca é cultivada em todas as regiões do Brasil, sobretudo naquelas marcadas pela permanência de fortes desigualdades sociais e exploração do trabalho tais como o Norte e o Nordeste. Embora sua raiz ofereça diversas alternativas, a quase totalidade do seu uso, nestas duas regiões, é voltada para a produção de farinha. Nesse sentido, Normanha (1976, p. 9) aponta que

No Norte e Nordeste brasileiro, uma grande variedade de produtos passou a ser preparada com as raízes e até com as folhas da mandioca, muitos dos quais estão ainda hoje em pleno uso doméstico, como os beijos, as tapiocas, a maniçoba, o tucupi, o tacacá, a goma, o arubê, a puba, o carimã, etc., além de uma grande diversidade de tipos de farinhas, como a d'água, a seca, a mista e a do Pará, além de numerosos outros tipos obtidos nas casas de farinha do Nordeste.

Em Pernambuco, as lavouras mais praticadas referem-se ao cultivo das raízes e tubérculos, destacando-se mandioca, inhame e batata doce. Tais vegetais são alimentos energéticos de largo uso na dieta sobretudo das populações de menor poder aquisitivo, muito

embora, hoje em dia, tenha passado a fazer parte, também, da dieta das demais classes sociais (CASTRO et al., 2005).

Isso porque “A mandioca (*Manihot esculenta*) é uma espécie da família *Euphorbiaceae* e representa uma importante fonte de alimento e calorias, principalmente em países em desenvolvimento [...]” (CARDOSO, 2012, p. 7). Desse modo, segundo Camargo (1985, p.11) “a mandioca tem sido desde tempos imemoriais, uma das mais importantes culturas do sistema agrícola tropical, constituindo numa das principais fontes de energia alimentar”.

No que tange ao seu local de produção, observa-se, ainda, que a produção da farinha de mandioca realiza-se, regionalmente, em pequenas unidades de beneficiamento, conhecidas como casas de farinha. Nesse sentido, Soares (2007, p. 2) aduz que “Foi através da mandioca, cultura difundida em solo brasileiro pelos índios, que surgiram as Casas de Farinha, espectro de transformação e beneficiamento, em caráter de mini-indústrias, dos inúmeros produtos que podem ser subtraídos do tubérculo em questão”.

Barros Júnior (2015) cita que o município de Lajedo (Agreste Meridional de Pernambuco) é conhecido pela grande quantidade de casas de farinha nele existente, sendo o cultivo da mandioca, ali, o principal motivo para o surgimento destes locais de trabalho. Da mesma forma, os pequenos agricultores, em Feira Nova (Agreste Setentrional de Pernambuco) têm cultivado a mandioca, bem como produzido farinha em pequenas fábricas rústicas que possuem como base a utilização de mão-de-obra familiar em suas propriedades.

Com efeito, como aponta Cardoso (2012), a mandioca é um produto com múltiplos usos e alternativas de renda, acrescentando que, se cultivada de forma adequada, permite maior sustentabilidade dos sistemas de produção. Segundo Sena (2006, p. 108), entretanto, “[...] no âmbito dos sistemas de produção familiar em que predomina o cultivo da mandioca, a farinha representa a principal atividade econômica monetária da família”. As casas de farinha fazem, portanto, parte da história de muitos municípios pernambucanos, constituindo-se a base econômica de muitas cidades.

Quanto à presença das unidades de beneficiamento da mandioca no estado de Pernambuco, os pesquisadores Barros Júnior, Pacheco e Cardoso (2016, p. 398) mencionam que

Ao percorrer o Estado de Pernambuco, foi observada a presença de casas de farinha espalhadas ao longo do território com destaque para: i) região de desenvolvimento do Araripe, município de Araripina; ii) região de desenvolvimento Mata Sul, representado por Pombos; iii) região de desenvolvimento Mata Norte, compreendendo o município de Glória do Goitá; iv) região do Agreste Setentrional, em Feira Nova e v) região do Agreste Meridional, nos vizinhos municípios de Jucati, Jupi e Lajedo.

Por outro lado, o processo produtivo das casas de farinha é responsável por danos e poluição ambiental, como, por exemplo, a queima da lenha, num processo arcaico ainda vigente,

que polui o ar atmosférico e, conseqüentemente, provoca doenças nos trabalhadores; e o despejo da manipueira que contamina os corpos hídricos causando doenças e intoxicação nos homens e animais (PIMENTEL et al, 2007). De acordo com Jesus, Hardoim e Diniz (2010, p. 1),

[...] O processamento industrial da mandioca causa sérios problemas ambientais na disposição de resíduos, como poluição de rios, do solo, lençol freático e mortandade de peixes. Apesar dos agricultores serem familiarizados com a mandioca, desconhecem as variedades, os impactos que seus resíduos causam ao meio ambiente e o aproveitamento dos resíduos como uma fonte de sustentabilidade.

A manipueira é oriunda da fase de prensagem da massa da mandioca e trata-se de um resíduo líquido, rico em ácido cianídrico e matéria orgânica que, se descartado diretamente no meio ambiente, pode afetar-lhe negativamente, poluindo os solos, corpos d'água, bem como afetar a saúde dos animais e dos seres humanos (BARROS JÚNIOR; PACHECO; CARDOSO, 2016). Com efeito, "Para cada tonelada de mandioca processada, são produzidos 300 litros de líquido residual por uma fábrica de farinha e cerca de 600 litros por uma fábrica de extração de fécula" (CABELLO; LEONEL, 1994, p. 114).

Quanto às condições de trabalho nas unidades de beneficiamento da mandioca no município de Lajedo, observadas por Barros Júnior (2015), foi constatada uma nítida separação do trabalho entre homens e mulheres, assim como o desrespeito para com os trabalhadores em seu próprio ambiente de trabalho com: jornada longa e extenuante em espaços de altas temperaturas, inalação da fumaça, movimentos repetitivos e flexão inadequada do tronco pelo trabalhador, podendo comprometer a saúde das pessoas que labutam diariamente nas unidades produtivas em tela.

É evidente que a execução das etapas de beneficiamento da mandioca para a produção de farinha, sob os moldes da precariedade supracitada no âmbito do trabalho, sem nenhuma dúvida, não só suscita como estimula os agravos e riscos à saúde dos trabalhadores. Sobre a situação de risco nas casas de farinha em epígrafe, eis o que diz Peniche (2016, p. 14)

O trabalho de um modo geral expõe o trabalhador às situações de risco ou perigo, independentemente de seu grau de complexidade, devido aos conflitos nas relações de trabalho, existência de condições prejudiciais no meio ambiente e uso de instrumentos que farão parte do processo de transformação.

Destarte, a situação do trabalho hostil em casas de farinha em pleno século XXI nos remete ao que se passava também nas unidades produtivas do século XIX na Europa. O que foi documentado pormenorizada e criticamente pela observação e análise realizadas por Friedrich Engels. A partir desta análise, ficaram patentes as condições duríssimas de trabalho e vida dos proletários nas fábricas da Inglaterra. Em assim sendo, de acordo com suas próprias palavras,

Cabe-me demonstrar que na Inglaterra a sociedade comete, a cada dia e a cada hora, o que a imprensa operária designa, a justo título, como assassinato social; que ela pôs os operários numa situação tal que não podem conservar a saúde nem viver muito tempo; que ela, pouco a pouco, debilita a vida desses operários, levando-os ao túmulo prematuramente [...] (ENGELS, 2010, p. 136).

De acordo com o pensamento acima, observa-se que já naquele tempo – o do paleocapitalismo⁴ segundo Mumford (1998) – os trabalhadores se encontravam em graves situações de riscos e agravos à sua própria saúde por conta das precárias condições de trabalho nas fábricas e de existência na cidade.

Este mesmo “drama social” se reproduz, conforme Peniche (2014), no processo de trabalho na produção de farinha de mandioca em Rio Branco no Acre. Neste estudo, observou-se, portanto, que os trabalhadores das casas de farinha desenvolvem suas práticas convivendo diariamente com a exposição de riscos à sua saúde, tendo identificado os riscos ergonômicos e de acidentes ocupacionais, proporcionando a continuidade no espaço-tempo da insustentabilidade dos ambientes da produção da farinha de mandioca.

Face ao exposto, este artigo foi redigido visando divulgar resultados de uma pesquisa (PACHECO, 2017) que teve como principal objetivo analisar a situação atual dos trabalhadores nas casas de farinha no município de Feira Nova. O que foi realizado a partir de uma abordagem comparativa no espaço-tempo com a situação das condições dos trabalhadores nas indústrias inglesas do século XIX, demonstrando que, em sua essência, o caráter de exploração do trabalho, continua o mesmo. Mas por que razão ainda se constata a continuidade desta tragédia humana no espaço e no tempo do nosso mundo?

2. MATERIAL E MÉTODOS

O município de Feira Nova é conhecido, em Pernambuco, como “Terra da Farinha”. Anualmente, no mês de setembro, é realizada a tradicional Festa da Farinha, visando, segundo seus organizadores, fortalecer o turismo calcando-se na falácia do turismo como fator de desenvolvimento, através do discurso da mera geração de trabalho e renda para incentivar a

⁴ Durante o período do paleocapitalismo, “Se o capitalismo tendia a expandir os domínios do mercado e transformar cada parte da cidade numa comodidade negociável, a mudança dos trabalhos manuais urbanos organizados para a produção fabril em larga escala transformou as cidades industriais em sombrias colmeias, a fumegar ativamente, a bater, guinchar, a expelir rolos de fumo de doze a quatorze horas do dia, algumas vezes durante as vinte e quatro horas. [...] Nenhuma daquelas cidades fugiam ao velho ditado: ‘Trabalhar sempre sem brincar faz do Jack uma mau rapaz’. Coketown especializou-se na produção de maus rapazes”. (MUMFORD, 1998, p. 483) Está claro que, de lá para cá, houve mudanças no que diz respeito à dimensão da tecnosfera, no que diz respeito às condições de trabalho e vida dos trabalhadores, porém o conteúdo desta lógica continua o mesmo, sobretudo em lugares em que a pobreza e, conseqüentemente, a subcidadania continuam elementos marcantes destes lugares.

economia local. De qualquer maneira, nesta feira, homenageia-se o cultivo da mandioca e a produção dos seus subprodutos, no caso a farinha e o beiju, o que mantém uma tradição cultural inerente ao interior do Brasil e, em particular, do Nordeste.

Não houve nenhum critério seletivo para abordar as unidades de produção em epígrafe, razão pela qual foram pesquisadas todas as casas de farinha que se encontravam em funcionamento em Feira Nova. A coleta de dados ocorreu, como já dito na seção anterior, entre maio e junho de 2016, nos turnos matutino e vespertino. O protocolo para a realização da pesquisa havia sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

A presente pesquisa caracteriza-se como sendo exploratória e descritiva. As “pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p.41); e seu caráter descritivo reside no fato de que se procura descrever a realidade das condições – inclusive de saúde – dos trabalhadores das casas de farinha no município de Feira Nova, que constitui um dos setores mais tradicionais da economia do interior pernambucano.

Quanto ao método referente a pesquisas descritivas, cumpre destacar, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 52), a ideia de que “Nas pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles, ou seja, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador...”.

A fim de realizar o estudo de cunho exploratório, foi necessário fazer o levantamento de dados a partir das fontes primárias e secundárias obtidas. Porém, quando não obtidas fontes secundárias, utilizou-se como estratégia a busca de fontes primárias, razão pela qual se levou muito tempo para a conclusão da pesquisa. Com efeito, tal como evidenciado por Prodanov e Freitas (2013, p. 77), “[...] Muitas vezes o tema escolhido é pouco trabalhado por outros autores e não existem fontes secundárias para consulta. A falta dessas fontes obriga o pesquisador a buscar fontes primárias e isso demanda um tempo maior para a realização do trabalho...”.

No que concerne à obtenção das fontes primárias, foi, portanto, necessário realizar visitas às cinco casas de farinha existentes no município. Quanto às fontes secundárias, estas foram obtidas através de levantamento bibliográfico, interpretação de dados cartográficos e organização destes dados a fim de subsidiar a elaboração da análise científica do problema ora destacado.

Nesta pesquisa, considerou-se, ainda, a relevância de fazer uma abordagem comparativa no espaço-tempo a fim de indagar por que motivo ainda se tem, em pleno século XXI, condições de trabalho do século XIX, isto é, do período histórico paleocapitalismo. Procedimento este que reúne os métodos exploratório e descritivo no âmbito do movimento global da história do

processo de evolução do capitalismo, a fim de deslindar a problemática da exploração dos trabalhadores repercutindo na permanência da precariedade quanto aos seus ambientes de trabalho e vida.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período do Brasil Colonial, segundo Normanha (1976), a mandioca constituiu a base da alimentação dos escravos, a tal ponto que a coroa portuguesa, em 1688, tornou obrigatório por lei, o plantio de 500 covas para cada escravo existente no Recôncavo Baiano. Ainda comenta este mesmo autor que, através das casas de farinha do Nordeste, seria possível realizar o beneficiamento da mandioca para obter diferentes tipos de farinha, como por exemplo, a farinha d'água, a seca e a mista.

De acordo com Camargo (1985, p. 7), “na América Latina, mais especificamente no Brasil, desenvolveu-se uma civilização da mandioca. O “Pão da Terra”, este tubérculo interessantíssimo, vem a séculos em nossas comunidades indígenas e caboclas, substituindo os cereais no papel do pão [...]”. E, ainda, considera-se que “A mandioca é cultura amplamente difundida por todo o território nacional [...]” (CEREDA, 1994, p. 11). Insta observar, assim, o que aponta Barros Júnior, Souza e Araújo (2016, p. 219)

A atividade das casas de farinha é considerada antiga e, no Brasil, com registro já do século XVI, no Período Colonial, época em que dividiu espaço com outra cultura, a cana de açúcar. As engenhocas da farinha foram fundamentais na produção de um precioso produto, a farinha, servindo de fonte de alimento aos homens.

As engenhocas da farinha foram fundamentais na produção, portanto, deste precioso produto, a farinha, servindo de fonte de alimento aos homens. Nesse sentido, Andrade (1998, p. 92-93) trouxe a seguinte contribuição

[...] Sintomático é que ainda hoje, na região da Mata e do Litoral Oriental, a fabricação de farinha se faça pelos mesmos processos da época colonial; a descrição de uma ‘casa de farinha’ feita por Nieuhof, em pleno domínio holandês, identifica-a como as casas de farinha existentes nas ‘grotas’ e nas ‘chãs’ dos nossos antigos engenhos. Enquanto a fabricação do açúcar evoluiu desde o engenho de bois até as grandes usinas que moem anualmente mais de 1.000.000 de sacos de açúcar, a casa de farinha continua muitas vezes a ser movida a força humana. Apesar de sua importância, foi uma cultura relegada a um plano secundário, sempre desprovida de proteção e sempre descuidada a ponto de a sua falta ter sido frequentemente assinalada em toda a história nordestina, falta que estava a dificultar e a piorar cada vez mais o regime alimentar, por si já deficiente, de moradores e escravos.

O fabrico da farinha de mandioca, no Período Colonial se dava de forma rudimentar: para o indígena, a farinha *uí-pon*, *uí-puba*, farinha *puba*, amolecida pela infusão, farinha d'água, e a *uí-atã*, farinha-de-guerra, seca, dura, resistente, comum. Feita de mandioca crua, raspada e espremida à mão ou no cilíndrico *tupiti*, a prensa de palha contráctil, tecida e sensível (CASCUDO, 2011).

Neste período, a produção da farinha não se realizava de maneira tão precária em termos de exploração do trabalho como acontece atualmente. A produção da farinha de mandioca, naquele período, tinha como finalidade servir como subsistência na alimentação das famílias, razão pela qual persistiu e sobreviveu aos imperativos da cana-de-açúcar então o “ouro branco” da Colônia.

A partir do momento em que o produto adquire a finalidade mercadológica, as casas de farinha ganham espaço por ser de interesse do capital, suscitando a relação de patrão e empregado com intuito de produzir, cada vez mais, para atender ao mercado consumidor e, além disso, visando preponderantemente ao lucro, desconsiderando a qualidade das condições de trabalho dos indivíduos.

De acordo com Camargo (1985, p. 27), entretanto, “[...] pelo interior do Brasil é comum a “Casa de Farinha” tradicional, onde esta é preparada artesanalmente, com os ralos, tipiti, prensas, paneiros, gamelas, fornos e tachos”. As casas de farinha são empreendimentos, geralmente de pequeno porte, que beneficiam a mandioca desempenhando papel fundamental para a sobrevivência de muitas famílias. Isso acontece porque elas oferecem trabalho e renda aos familiares e demais envolvidos, movimentando a economia dos lugares onde estão inseridas.

A produção da farinha constitui, assim, meio de vida e sobrevivência de várias famílias cuja economia doméstica está ligada, em toda a cadeia produtiva, às inúmeras casas de farinha instaladas na região do Nordeste brasileiro. O ato de fazer farinha constitui-se uma arte secular que se perpetua por gerações e gerações, realizando a colheita da mandioca, de esmagar, de esfarelar e de torrar, orquestrada por cantigas em várias comunidades (ZOLDAN, 2006).

Feira Nova ainda detém o título de “Terra da Farinha”, apesar de muitas destas unidades produtivas terem fechado e, conseqüentemente, perdido o destaque como maior produtor de Pernambuco; algumas destas unidades ainda resistem ao longo do tempo e realizam a produção do pó desidratado, resultante do seu beneficiamento para produção de farinha, beiju e goma.

Foi observado que as casas de farinha neste município funcionam na informalidade, que nenhuma possui licença ambiental, e que os empreendimentos são familiares, geralmente passando de geração para geração, com baixíssima qualificação da mão de obra. Além disso, os trabalhadores não possuem carteira de trabalho assinada, recebem menos de um salário mínimo e trabalham e vivem sob condições de forte precariedade.

Cenário este, portanto, muito semelhante ao destacado por F. Engels quando analisou o caso das unidades produtivas do período do paleocapitalismo. No que diz respeito ao problema da baixa remuneração, Engels (2010, p.177) escrevera: “[...] De qualquer modo, é uma afirmação unânime de todos os operários que, em geral, os salários diminuíram com o aperfeiçoamento das máquinas...”, demonstrando a verdadeira função da tecnologia.

Com efeito, quando se introduzem novas tecnologias de trabalho levando-se em conta o aumento da produtividade visando apenas ao lucro, uma parte dos trabalhadores é dispensada; e a parte que permanece no processo produtivo é obrigada a sujeitar-se a exigências que aumentam ainda mais a carga da sua exploração. Enfim, muito embora as tecnologias também possam ser úteis ao trabalho e ao homem, é o seu lado negativo que se tem evidenciado de maneira mais clara.

Fato que se torna ainda mais grave em espaços de regiões subdesenvolvidas, em que o baixo nível educacional, atrelado a condições de existência de uma cultura de carências econômicas, obriga os trabalhadores a aceitarem o que lhes estiver ao alcance para sobreviverem, mesmo que violando qualquer direito social conquistado.

Segundo Augusto (2009, p. 90), “[...] a violação ou falta de direitos tem impactos negativos sobre a saúde dos trabalhadores, levando ao surgimento de doenças e acidentes de trabalho”. Barros Júnior e Pacheco (2012) comentam que, nas casas de farinha localizadas nos municípios de Lajedo, Jucati e Jupi, não existe sinalização de saídas de emergência a fim de retirar os trabalhadores no caso de um sinistro, os quais também não utilizam equipamento de proteção individual, dentre outros riscos que enfrentam os trabalhadores locais. O que se deve, principalmente, a uma compreensão reduzida e simplista de meio ambiente pela qual se negligencia as condições de trabalho e vida das pessoas.

Nas casas de farinha objeto desse estudo, a divisão do trabalho é previamente estabelecida pelo proprietário, cuja segmentação é verificada na ocupação do espaço físico interno. Os homens realizam o manuseio dos equipamentos; por exemplo, no triturador de mandioca, forno circular, na prensagem; enquanto que as mulheres realizam a raspagem da mandioca no espaço interno da casa de farinha conhecido por “salão”, varrem a casa de farinha e juntam os resíduos da mandioca (Figura 1A, B).

Figura 1A: Trabalhadores manuseando os fornos circulares para torração da mandioca em casa de farinha.

Fonte: Pacheco, 2016.

Figura 1B: Mulheres descascando mandioca expostas aos riscos de cortes e ferimentos por conta de uso de facas em unidade de beneficiamento da mandioca.

Fonte: Pacheco, 2016.

Nota-se que a implantação de determinadas inovações, por exemplo, a prensa hidráulica, o triturador de mandioca e os fornos circulares nas casas de farinha ocorre no âmbito da especialização do trabalho entre homens e mulheres. Situação similar foi verificada por Engels (2010) ao ter constatado que a invenção da máquina de fiar, conhecida por *jenny*, construída em 1764 pelo tecelão James Hargreaves, transformou o cenário dos trabalhadores ingleses e corroborou para a divisão do trabalho entre fiação e tecelagem. Sobre ainda a divisão do trabalho, cumpre destacar os apontamentos de Dias (2005, p. 263)

Do ponto de vista do controle operário, no âmbito da organização industrial, o capitalismo criou a divisão do trabalho na produção. Nessa, cada atividade, ofício ou tarefa foi parcelado de tal modo que tornou o trabalhador incapaz de acompanhar qualquer processo produtivo completo. A divisão de trabalho na fábrica é diferente da divisão social.

De acordo com Correia et al. (2011), o trabalho masculino está direcionado a outras atividades que demandam maior força física, maior destreza e habilidade com máquinas, envolvendo riscos de perigos eminentes, como a presença do fogo, por exemplo. Enquanto isso, às mulheres, cabe o trabalho manual e teoricamente mais leve de raspagem da mandioca, mas não livre de riscos. Mészáros (2008, p.28) argumenta que

Na situação em que a divisão do trabalho é levada até a perfeição, todo homem tem apenas uma operação simples para realizar; a isso se limita toda a sua atenção, e poucas ideias passam pela sua cabeça, com exceção daquelas que com ela têm ligação imediata. Quando a mente é empregada numa diversidade de assuntos, ela é de certa forma ampliada e aumentada, e devido a isso geralmente se reconhece que um artista do campo tem uma variedade de pensamentos bastante superior a de um cidadão.

Desse modo, “[...] a casa de farinha é um espaço, principalmente, de homens no comando, isto é, proprietários. À mulher resta a função de raspadeira; tirar a goma ou colher, os resíduos que sobram dos fornos na queimagem das lenhas, do carvão ...”. (SOUZA; ALVES, 2013, p. 316).

O trabalho em meio às máquinas está sujeito a numerosos acidentes mais ou menos graves cuja consequência é a incapacidade parcial ou total do operário para seu trabalho (ENGELS, 2010). Neste sentido, ainda segundo Engels (2010, p. 197),

Os efeitos do trabalho nas fábricas sobre o organismo feminino são particulares. As deformações físicas, consequência de um trabalho muito prolongado, são ainda mais graves nas mulheres: deformações na bacia, seja por uma má posição dos ossos da bacia ou por seu desenvolvimento defeituoso, seja por desvios na parte inferior da coluna vertebral, manifestam-se geral e frequentemente como resultantes do excessivo trabalho fabril.

O espaço físico das casas de farinha constitui um ambiente de trabalho onde se reúnem, com o objetivo de trabalhar, diversas pessoas: familiares, parentes, vizinhos, amigos e outros. Neste espaço, a função de cada trabalhador é específica, geralmente, os homens manuseiam as máquinas, estando expostos à fumaça e às altas temperaturas dos fornos, bem como ao contato direto com o pó da farinha em suspensão no ar, por conta do manuseio do forno e do peneiramento.

Este ambiente hostil também apresenta precariedade quanto à instalação e à manutenção dos equipamentos para a produção dos alimentos. O padrão de funcionamento ocorre com o trânsito livre de animais domésticos, presença de entulhos nas unidades produtivas e não existe a destinação adequada dos dejetos da fabricação, por exemplo, a manipueira, que podem comprometer a qualidade final do produto, no caso a farinha da mandioca. (Figura 2A, B).

Figura 2A: Presença de animal doméstico sobre as cascas de mandioca em unidade de beneficiamento da mandioca.

Fonte: Pacheco, 2016.

Figura 2 B: Descarte inadequado de resíduo líquido (manipueira) diretamente no solo em casa de farinha em.

Fonte: Pacheco, 2016.

Quanto à carga horária de trabalho por dia (Figura 3), nas casas de farinha pesquisadas, foram registrados 10% dos trabalhadores com jornadas entre 8 e 10 horas diariamente; 10% entre 10 e 12 horas; 62% acima de 12 horas; 14%, entre 4 e 8 diárias e 4% entre 4 horas.

Figura 3: Carga horária de trabalho nas casas de farinha em Feira Nova, Pernambuco.

Fonte: Pacheco, 2016.

Sabe-se que excesso de trabalho acarreta o cansaço físico, interferindo na saúde dos trabalhadores, neste caso, também das casas de farinha. Nesse sentido, cumpre, mais uma vez, destacar os apontamentos de Engels (2010, p. 279) sobre a questão.

Essa fadiga continuada, que vai se acumulando dia após dia até se tornar insuportável, tem efeitos sobre o físico dos trabalhadores. A primeira consequência desse excesso de trabalho é que toda energia do trabalhador é utilizada unilateralmente, com a hipertrofia de certas partes do corpo, precisamente as mais exigidas no trabalho (músculos dos braços, pernas, espáduas e tórax, empregados no esforço de tração e de impulsão), e a atrofia do conjunto do organismo, até pela falta de alimentação.

Quer-se ressaltar aqui que “[...] a promoção da saúde do trabalhador, assim como a de toda população, está em completa dependência da qualidade do ambiente e dos modelos de produção em que estes indivíduos se encontram” [...] (SAMPAIO; BEDOR; AUGUSTO, 2009, p.126). As “farinheiras” que absorvem um quantitativo de pessoas em praticamente todas as etapas do beneficiamento da mandioca, demandam, portanto, políticas públicas que integrem a saúde do trabalhador ao desenvolvimento social e à proteção ambiental em seu todo.

Sobre a natureza do horário de trabalho praticado, cerca de 93% dos trabalhadores afirmaram que o horário é rígido; e 7,0% trabalham em regime de escala. Ainda assim, maioria dos entrevistados (55%) tem orgulho do trabalho contra 45% que mudariam de trabalho.

Nas casas de farinha, o horário de trabalho também é definido pelo proprietário do empreendimento, tanto que, no período da safra da mandioca, a carga horária pode ultrapassar mais de doze horas por dia, adentrando aos finais de semana, flexibilidade que só interessa aos proprietários dos meios de produção. O excesso de horas no trabalho também foi constatado por Engels (2010, p. 278); conforme suas próprias palavras,

[...] Em geral, a jornada é de onze a doze horas, às vezes ainda mais longa - na Escócia chega a catorze horas; não é incomum a duplicação da jornada, com todos os operários em atividade sob a terra por 24 horas e, em alguns casos, 36 horas. Em geral não existe horário fixo, para as refeições, de forma que os trabalhadores comem quando têm tempo e fome.

Os pais ou responsáveis pelos menores de idade, geralmente, permitem que seus filhos também sejam inseridos em tal situação, contribuindo para a prática do trabalho infantil. A permanência das crianças no trabalho contribui para afastá-las do necessário ambiente de estudo, “formando futuramente os maus rapazes”.

De qualquer maneira, é dar prova de irresponsabilidade sacrificar à cupidez de uma burguesia inescrupulosa os anos de vida de uma criança que deveriam ser consagrados exclusivamente ao seu desenvolvimento físico e intelectual, privando-a da escola e do ar livre para que seja explorada pelos senhores industriais. (ENGELS, 2019, p. 188)

Da mesma maneira, também Karl Marx havia observado que: “A partir do que ocorre com as crianças, pode-se deduzir o que se passa com os adultos, principalmente com meninas e mulheres, num ramo industrial ao lado do qual a fiação de algodão e outras atividades semelhantes pareceriam um negócio muito agradável e saudável” (MARX, 1996, p. 358). Embora à primeira vista isso possa parecer algo inocente, mas a exposição de crianças à poluição e ruídos pode trazer malefícios irreversíveis à sua saúde e, por conseguinte, à sua vida.

Levando em consideração as relações do trabalho especificamente com a saúde, realça-se, novamente, a preocupação quanto à participação da mão-de-obra infantil, a exemplo do que ocorre também em países desenvolvidos, precocemente na força de trabalho, especialmente nos setores agropecuário e informal nos grandes centros urbanos, expondo crianças e jovens a condições desumanas, que comprometem sua saúde e seu crescimento (DIAS, 1993).

Sem dúvida, a exploração de mão-de-obra infantil é um dos graves problemas sociais do país, envolvendo, também, a cadeia produtiva da mandioca. Considerando, então, o ingresso precoce de menores no mercado de trabalho, Galasso (1993, p. 346) lembra-nos do fato de que

Muito frequentemente, do trabalho do menor não depende só a sua sobrevivência como indivíduo, mas sim a sobrevivência de sua família, para cujo orçamento a contribuição da criança ou adolescente torna-se imprescindível. Nesse sentido, a própria família aparece como uma instância

‘pressionadora’ para que isso signifique, muitas vezes, submetê-la a riscos ou situações que flagrantemente contrariam a legislação que visa protegê-lo.

Não nos surpreende, também, o grau de exploração do trabalho feminino, sobretudo pelo tamanho da importância da mão-de-obra feminina nas unidades produtivas em questão, pois, de acordo com Sena (2006, p.108), “[...] as mulheres têm presença ativa nas diversas fases da cultura [...]”. No entanto, muitas mulheres têm o compromisso de cuidar dos afazeres da casa, dos filhos e, além disso, trabalhar fora para ajudar no sustento do seu próprio lar.

Quanto ao papel feminino, representado pelas esposas dos proprietários das casas de farinha no município de Lajedo, constatou-se que, no contexto de forte patriarcalismo,

A casa de farinha é um espaço, principalmente, de homens no centro das decisões, isto é, proprietários. As esposas dos donos têm função sempre de apoio, não se sentem reconhecidas, apesar de participarem na descasca da mandioca, na limpeza da casa de farinha e na extração do amido, o seu trabalho é considerado como ajuda e que jamais interferem nas decisões dos maridos, o que demonstra submissão (BARROS JÚNIOR. 2015, p. 93).

Outro fato preocupante observado nas casas de farinha em Feira Nova refere-se à dependência química, para corrigir certo transtorno mental; o que foi verificado em relatos de alguns trabalhadores que fazem o uso da bebida alcoólica e do tabaco, antes, durante e após o exercício de suas atividades laborais, pondo em risco sua própria vida, bem como a dos demais colegas de trabalho, da casa de farinha e a qualidade final dos subprodutos da mandioca (Figura 4A, B). É oportuno ressaltar que a ingestão de bebida alcoólica foi observada com maior incidência nos trabalhadores do sexo masculino e com relação ao uso do tabaco notou-se isto entre homens e mulheres, ressaltando que os trabalhadores não-fumantes são atingidos, já que passam a inalar a fumaça advinda do tabaco, passando a serem fumantes passivos.

Figura 4 A: Trabalhador recolhendo as cascas de mandioca e uma garrafa com substância alcoólica em casa de farinha.

Fonte: Pacheco, 2016.

Figura 4 B: Uso de tabaco por meio do cachimbo e o fósforo utilizado no acendimento do fumo em casa de farinha.

Fonte: Pacheco, 2016.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT (2003, p.17), “[...] até cerca de quarenta por cento dos acidentes de trabalho envolvem ou estão relacionados com o consumo de álcool”. Com relação ao tabagismo, de uma maneira geral, Nunes, Castro e Castro (2011, p. 17) citam que se trata de “[...] uma das maiores causas de doenças e mortes. A mortalidade geral é duas vezes maior nos fumantes quando comparados aos não fumantes. Fumar cigarro pode provocar: câncer, doença cardiovascular, doenças pulmonares, úlcera péptica e outras patologias”.

Ademais, o consumo e a dependência de bebidas alcoólicas e de tabaco pode afetar a diminuição da produtividade nas casas de farinha, bem como as faltas ao trabalho. É oportuno também mencionar que Engels também havia verificado este mesmo “problema social” no tempo do paleocapitalismo ao alegar que

[...] é inevitável que um grande número de operários se torne alcoólatra, também é inevitável que o alcoolismo provoque efeitos destrutivos sobre os corpos e os espíritos de suas vítimas, agravando todas as predisposições às doenças derivadas das condições gerais de vida dos operários e favorecendo ao máximo as enfermidades pulmonares e abdominais, sem esquecer a eclosão e a propagação do tifo (ENGELS, 2010, p. 143).

Verifica-se portanto que, no âmbito do funcionamento das casas de farinha, ocorrem problemas relacionados ao ambiente hostil de trabalho representado pelas precárias condições de trabalho (exposição aos agentes químicos, biológicos e físicos); pela excessiva carga de trabalho e insuficiente infraestrutura dos referidos empreendimentos. Barros Júnior, Souza e Araújo (2016) comentam que a longa jornada de trabalho em casas de farinha em Lajedo pode se estender por um período de mais de doze horas por dia, adentrando-se aos finais de semana, acarretando em enorme fadiga física e mental dos trabalhadores.

Mas por que razão ainda se nota a permanência no tempo do conjunto dos problemas acima destacados? Em termos de espaço, nas sociedades europeias em que o capitalismo se originou – inclusive na Inglaterra – tais problemas foram erradicados há muito tempo. Mas por que eles ainda acontecem em países como o Brasil?

Primeiramente, porque o capitalismo expandiu-se de tal forma no mundo, que se difundiu inclusive na mente das pessoas. E capitalismo significa perversidade, sobretudo porque este modo de produção fundamenta-se em três pilares que continuam os mesmos desde seu início no século XVI, ou seja, crescimento a todo curso, busca preponderante do lucro e exploração do trabalho.

Desse modo, a forma do seu acontecer espacial-histórico mudou, na medida em que os processos de lutas sociais, por terem sido mais fortes e contínuos no tempo nos países em que o capitalismo teve seu início, conseguiram ao menos mitigar alguns dos seus efeitos perversos. Entretanto, seu conteúdo permaneceu, fazendo-se ainda presente nos países ditos

subdesenvolvidos, sobretudo porque, nestes países, os movimentos sociais ainda não se difundiram como se deve em função mormente das fortes desigualdades em termos de acesso a serviços sociais com a qualidade devida ao processo de formação de cidadãos e não de pessoas submissas vivendo sob situação de subcidadania.

Isso, também, se agrava quando em tais lugares as pessoas vivem sob as mais precárias situações de carência econômica, a exemplo do que ocorre em municípios como o de Feira Nova. O que pode agravar-se ainda mais no atual contexto político brasileiro em que as conquistas sociais, garantidas pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estão sendo ameaçadas.

A opção em debater o referido tema, numa perspectiva espaço-temporal, levou-nos a ressaltar que o modelo econômico do trabalho no passado e no presente, continua subordinado aos imperativos do capital. Nisso, os trabalhadores se vêem obrigados a realizarem suas atividades laborais sem as mínimas condições de higiene, saúde e segurança no seu ambiente de trabalho, comprometendo a sua saúde física e mental.

Enfim, corroborando o que se acabou de dizer, os lugares ora destacados neste artigo, tratam-se de espaços que, ao longo do tempo, se organizaram, prioritariamente, em benefício dos interesses do mercado, mantendo a alienação do trabalho a tal ponto que, transcorrido esse tempo, o trabalhador continua pobre ainda que contribuindo para gerar riquezas para alguém.

4. CONCLUSÃO

As inter-relações entre o ambiente de trabalho (casas de farinha), o seu entorno, e a saúde dos trabalhadores são indissociáveis. Ademais, verifica-se que a reprodução de um ambiente de trabalho precário, hostil aos homens e às mulheres, sem o devido atendimento às normas sanitárias, trabalhistas e ambientais, eleva os riscos e os agravos à qualidade de vida dos indivíduos.

A investigação social antecipada pelo jovem Friedrich Engels, na sua obra “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, publicada em 1845, descreveu minuciosamente o cenário de trabalho e vida do proletariado inglês, revelando o lado sofrido e agonizante de uma classe social relegada a segundo plano. O que ainda acontece em muitos lugares do mundo, sobretudo naqueles em que as pessoas vivem sob as condições mais precárias de pobreza e ausências a exemplo de Feira Nova.

A consideração desta investigação, tão “distante” no tempo histórico, levou-nos a perceber que, mesmo tendo passado mais de um século, as condições atuais dos trabalhadores nas casas de farinha em Feira Nova são, praticamente, as mesmas que ocorriam naquele tempo.

Isso, notadamente, porque a promoção da qualidade de vida para os trabalhadores ainda é negligenciada pelos gestores públicos comprometidos com os interesses das classes proprietárias dos meios de produção, sobretudo em lugares em que os movimentos sociais são débeis e/ou inexistem como no caso ora destacado.

No tempo presente, em Feira Nova, os proprietários dos meios de produção, os donos das casas de farinha, são os que detêm o monopólio da produção da mandioca e o consequente comando sobre tudo e todos os que se relacionam com tal processo produtivo, seguindo praticamente a mesma lógica do capitalismo do período paleotécnico.

Por isso, tanto os trabalhadores de ontem como os de hoje anseiam pelo acesso a condições de trabalho que garantam a sua sobrevivência, o “pão de cada dia”, sob condições ambientais salubres, seguras e livres da exploração perversa do capitalista. Situação, entretanto, difícil de ser conquistada, principalmente porque os proprietários das casas de farinha, no âmbito da complexidade do sistema produtivo, também detêm o poder sobre o Estado.

Por outro lado, os movimentos sociais, pelo menos na área estudada, praticamente inexistem, o que agrava ainda mais o grau de exploração dos trabalhadores locais, deixando o espaço de atuação dos proprietários dos meios de produção livre para produzirem como quiserem. Desse modo, não se conseguiu vislumbrar possibilidades concretas de mudança das condições atuais dos trabalhadores das casas de farinha, o que, provavelmente, vale para outras tantas realidades de atividades produtivas do circuito inferior da economia do interior do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Aos proprietários e trabalhadores das casas de farinha do Agreste Setentrional de Pernambuco, que prestaram informações valiosas para o nosso trabalho. À orientadora e professora Solange Laurentino dos Santos e ao co-orientador e professor Cláudio Jorge Moura de Castilho, pelo acompanhamento e sugestões. Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pelo suporte intelectual e infraestrutural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Clóvis Oliveira de; LEDO, Carlos Alberto da Silva. Perspectivas de crescimento da demanda. In: SOUZA, Luciano da Silva et al. (Ed.). <i>Aspectos socioeconômicos e agrônômicos da mandioca</i> . Cruz das Almas: Embrapa	Mandioca e Fruticultura Tropical, 2006. 71-90 p.
	ANDRADE, Manuel Correia de. <i>A terra e o homem no nordeste</i> : contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. ed.

- Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998. 305 p.
- AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. Incursão conceitual para o que fazer em saúde do trabalhador na perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento humano. In: AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva (Org.). *Saúde do trabalhador e a sustentabilidade do desenvolvimento humano local*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. 89-98 p.
- BARROS JÚNIOR, Antônio Pacheco de. *Impactos ambientais da vulnerabilidade dos trabalhadores nas casas de farinha no agreste pernambucano*. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa Regional de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- BARROS JÚNIOR, Antônio Pacheco de; PACHECO, Andréa Daniele Cieniuk. Estudo diagnóstico das casas de farinha nos municípios de Lajedo, Jupi e Jucati, mesorregião do agreste meridional, do estado de Pernambuco. *Revista Ensino & Pesquisa*, União da Vitória, v.2, 2012. 15-24 p.
- BARROS JÚNIOR, Antônio Pacheco de; PACHECO, Andréa Daniele Cieniuk; CARDOSO, Jailson Jorge. Resíduos sólidos e líquidos em unidades de produção de farinha de mandioca. In: EL-DEIR, Soraya Giovanetti; PINHEIRO, Sara Maria Gomes; AGUIAR, Wagner José de. (Org.). *Resíduos sólidos: práticas para uma gestão sustentável*. 1. ed. Recife: EDUFRPE, 2016. 397-406 p.
- BARROS JÚNIOR, Antônio Pacheco de; SOUZA, Werônica Meira de; ARAÚJO, Maria do Socorro Bezerra de. Produção de farinha da mandioca no agreste pernambucano. *Revista Equador*, Teresina, v.5, n.5, 2016. 216-238 p.
- BARROS JÚNIOR, Antônio Pacheco de; SOUZA, Werônica Meira de; ARAÚJO, Maria do Socorro Bezerra de. Desenvolvimento e políticas públicas em unidades de produção de farinha da mandioca. *Revista Gaia Scientia*, v.10, n.3, 2016. 26-35 p.
- CABELLO, Claudio; LEONEL, Magali. Produção de ácido cítrico a partir da manipueira. In: CEREDA, Marney Pascoli (Coord.). *Resíduos da industrialização da mandioca no Brasil*. São Paulo: Paulicéia, 1994. 174 p.
- CAMARGO, Carlos Eduardo Dias. *Mandioca: o pão caboclo: de alimento a combustível*. São Paulo: Ícone Editorial Ltda, 1985. 66 p. (Coleção Brasil Agrícola).
- CARDOSO, Jean Carlos. *Cultivo e produção de mandioca (Manihot esculenta Crantz)*. São Carlos: EDUFSCAR, 2012. 24 p.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Global, 2011. 960 p.
- CASTRO, Carlos Eduardo Ferreira de et al. *Mandioca e outras raízes e tubérculos*. 1. ed. Campinas, 2005. 53 p. (CONSEPA, SÉRIE REUNIÕES TÉCNICAS).
- CEREDA, Marney Pascoli. Caracterização dos resíduos da industrialização da mandioca. In: CEREDA, Marney Pascoli (Coord.). *Resíduos da industrialização da mandioca no Brasil*. São Paulo: Paulicéia, 1994. 174 p.
- CORREIA, Milka Alves et al. Mulheres e patriarcado: submissão e dependência nas casas de farinha do agreste alagoano. In: XXXV ENCONTRO DA ENANPAD, 2011, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro, 2011. 01-17 p. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR_1463.pdf. Acesso em: 18 fev. 2017.
- DIAS, Elizabeth Costa. Aspectos atuais da saúde do trabalhador no Brasil. In: ROCHA, Lys Esther et al. (Org.). *Isto é trabalho de gente? Vida, doença e trabalho no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1993. 672 p.
- DIAS, Reinaldo. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 338 p.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução Bernhardt A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010. 388 p.
- GALASSO, Lô. Recordação da adolescência: um acidente de trabalho. In: ROCHA, Lys Esther et al. (Org.). *Isto é trabalho de gente? vida, doença e trabalho no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1993. 672 p.
- GIL, Antônio Carlos. AC. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. *Estatística da produção agrícola*: janeiro de 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/F

- asciculo_Indicadores_IBGE/estProdAgr_201601.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2017.
- JESUS, Simone Soares Batista de; HARDOIM, Paulo César; DINIZ, Mauro de Souza. Estudo do impacto no meio ambiente pelo processamento da farinha de mandioca no município de São Felipe, Bahia. In: JORNADA CIENTÍFICA EMBRAPA MANDIOCA E FRUTICULTURA, 4., 2010, Cruz das Almas. *Anais...* Cruz das Almas: Embrapa mandioca e Fruticultura, 2010. (Embrapa Mandioca e Fruticultura. Documentos, 190).
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996. 496 p.
- MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. Tradução de Educationbeyond capital. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 126 p.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. Suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 741 p.
- NORMANHA, Edgard Santana. A mandioca no Brasil e no mundo. In: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA E AGROPECUÁRIA. *I Curso Intensivo Nacional de Mandioca; aspectos gerais, econômicos e industriais*. Cruz das Almas: Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura, 1976. 446 p.
- NUNES, Sandra Odebrecht Vargas; CASTRO, Márcia Regina Pizzo de; CASTRO, Mário Sérgio Azenha de. Tabagismo, comorbidades e danos à saúde. In: NUNES, Sandra Odebrecht Vargas; CASTRO, Márcia Regina Pizzo de (Org.). *Tabagismo: abordagem, prevenção e tratamento*. Londrina: EDUEL, 2011. 17-38 pp. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/sj9xk/pdf/nunes-9788572166751.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2017.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. *Problemas ligados ao álcool e a drogas no local de trabalho: uma evolução para a prevenção*. 1 ed. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, 2003. 138 p. Disponível em: http://www.ilo.org/public/portugue/regio n/eurpro/lisbon/pdf/problemas_alcool.pdf. Acesso em: 17 set. 2016.
- PACHECO, Andrea Daniele Cieniuk. *Inter-relações entre saúde dos farinheiros(as) e ambiente de trabalho em casas de farinha*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.
- PENICHE, Luciana Ribeiro da Silva. *Casas de farinha: conhecer os riscos à saúde do trabalhador, visando o repensar de uma prática saudável*. Rio Branco: Uninorte, 2016. 33 p.
- PIMENTEL, A et al. *Manipueira se aproveita?* Recife: Série Corredor da Farinha -2007. (Cadernos Sociedade Nordestina de Ecologia - SNE,3).
- PENICHE, Luciana Ribeiro da Silva. *O processo de trabalho na produção de farinha de mandioca no município de Rio Branco-AC: contribuições para vigilância em saúde do trabalhador*. 2014. 96 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2014.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, v.1, 2013. 276 p. Disponível em: <http://www.faatensino.com.br/wp-content/uploads/2014/11/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2016.
- SAMPAIO, Juliana; BEDOR, Cheila Nataly Galindo; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. A vigilância em saúde do trabalhador no pólo fruticultor de Pernambuco: impasses e perspectivas para a atuação do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Petrolina. In: AUGUSTO, LGS, organizadora. *Saúde do trabalhador e a sustentabilidade do desenvolvimento humano local*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. 121-145 p.
- SENA, Maria das Graças Carneiro. Aspectos Sociais. In: SOUZA, Luciano da Silva et al. (Ed.). *Aspectos socioeconômicos e agrônômicos da mandioca*. Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical, 2006. 91-111 p.
- SOARES, Marisa Oliveira Santos. *Sistema de produção em casas de farinha: uma leitura descritiva na comunidade de Campinhos - Vitória da Conquista (BA)*. 2007. 96 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa Regional de

- Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2007.
- SOUZA, Maria Wanessa de; ALVES, Adjair. Gênero e geração: uma análise das relações de trabalho nas casas de farinha de Jupi - PE. *Revista de Estudos Culturais e da Contemporaneidade*, Garanhuns, n. 10, 2013. 292-327 p.
- ZOLDAN, Gláucia. (Coord.). *Manual de referência para casas de farinha*. Maceió: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Alagoas (SEBRAE), 2006. 24 p.